



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA  
**AUDITORIA INTERNA**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA INTERNA DA AUDIN/IFSC SEGUINDO O  
MODELO DE CAPACIDADE DE AUDITORIA INTERNA (IA-CM)**

*(republicado em 08/10/2025)*

O objetivo do presente documento é demonstrar o resultado da avaliação interna realizada pela Audin sobre nível de maturidade da Audin/IFSC. O escopo contempla as atividades de auditoria realizadas nos últimos 05 anos, incluindo serviços de auditoria, elaboração de normas, atividades correlatas, consolidação de cultura organizacional, dentre outras.

A Auditoria Interna do IFSC adota o Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM) para o setor público (*Internal Audit Capability Model for the Public Sector*), desenvolvido em 2009 pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA), com apoio do Banco Mundial. Trata-se de uma estrutura internacional que identifica os fundamentos necessários para uma auditoria interna efetiva, de modo a atender às necessidades da administração da organização e às expectativas profissionais da função.

É um modelo universal baseado em práticas líderes que podem ser aplicadas globalmente. O IA-CM se presta a ser uma ferramenta estratégica, uma estrutura para autoavaliação e avaliações externas e um roteiro para melhoria e desenvolvimento ordenados. É dividido em 5 níveis de maturidade que garantem independência, agregação de valor, padronização e melhoria contínua. São eles:



Figura 1 - Fonte: CGU

O Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, aprovado pela Instrução Normativa SFC nº 3/2017, prevê a instituição e manutenção de um Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) pelas Unidades de Auditoria Interna Governamentais (UAIG), contemplando avaliações internas e externas, orientadas para a avaliação da qualidade e a identificação de oportunidades de melhoria dos seus processos de trabalho.

Nesse sentido, por meio da Portaria do Reitor n.º 1527, de 24 de junho de 2024, foi instituído o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna (PGMQ) da Unidade de Auditoria Interna Governamental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Santa Catarina (Audin). O objetivo do programa é estabelecer atividades de caráter permanente destinadas a avaliar a qualidade, a produzir informações gerenciais e a promover a melhoria contínua da atividade de auditoria interna da Audin.

As avaliações internas previstas no PGMQ-Audin contemplam atividades de monitoramento contínuo e avaliações internas periódicas, realizadas com base em roteiros de avaliação aplicados de forma amostral em trabalhos realizados pela Audin e, também, por meio de autoavaliações periódicas de maturidade organizacional, com base no modelo IA-CM.

Segundo o MOT, a aferição do nível de maturidade “deve contribuir para a estruturação de um processo de melhoria contínua, de forma a possibilitar o desenvolvimento de um nível adequado de capacidade da UAIG”.

De acordo com a Portaria CGU nº 2.823, de 29 de agosto de 2024, que aprovou a Deliberação CCCI nº 03/2024:

II - Da avaliação interna periódica de qualidade

As UAIG deverão realizar avaliações internas periódicas (autoavaliações) de qualidade com periodicidade máxima de trinta meses.

As avaliações internas periódicas deverão ser realizadas, preferencialmente, por profissionais que atendam aos seguintes requisitos:

- a) experiência mínima de dois anos em atividade de auditoria interna;
- b) conhecimentos relacionados à estrutura, métodos e práticas de trabalho da UAIG;
- c) domínio da metodologia de avaliação a ser utilizada; e
- d) acesso a documentos, registros e pessoas da UAIG e da organização.

As avaliações internas periódicas deverão ser documentadas e formalmente aprovadas pelo chefe da UAIG.

As avaliações internas periódicas realizadas com base no modelo IA-CM deverão ser registradas, preferencialmente, no sistema e-CGU, em tarefas do tipo "Autoavaliação IA-CM". Se não for o caso, a UAIG deverá utilizar sistema ou plataforma que permita rastrear a data, o período, a equipe responsável, os resultados da avaliação e as evidências de suporte das conclusões alcançadas.

No âmbito do IFSC, a autoavaliação foi realizada, no presente exercício, pelo Auditor-chefe da Audin. **Os resultados demonstraram a Unidade encontra-se no nível 1 de maturidade** e que há ainda um longo percurso a ser trilhado para se alcançar o nível 2, haja vista que foram institucionalizadas somente 53% as atividades essenciais previstas no modelo:

Nível	KPA	Atividades Essenciais														Não existe
N I V E L  2	KPA 2.1	2	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.7	4.1	4.2	4.3	4.4	5.1	5.2	Não institucionalizado
	KPA 2.2	2	3	4	5	6										Institucionalizado
	KPA 2.3	2	3	4	5	6										
	KPA 2.4	2	3	4	5	6	7	8	9							
	KPA 2.5	2	3	4	5	6	7	8	9							
	KPA 2.6	2	3	4	5	6	7									
	KPA 2.7	2	3	4	5											
	KPA 2.8	2	3	4	5	6	7									
	KPA 2.9	2	3	4	5	6	7									
	KPA 2.10	2	3	4	5											

Figura 2 - Fonte: Autoavaliação Audin/IFSC 2024

Conforme o art. 5º, §4º, da Portaria do Reitor n.º 1527, de 24 de junho de 2024, as avaliações externas serão realizadas, no mínimo, a cada 5 anos, com o objetivo de obter opinião independente sobre o conjunto geral dos trabalhos de auditoria realizados e sua conformidade com princípios e normas aplicáveis. No IFSC ainda não foi realizada nenhuma **avaliação externa, a previsão é de que ocorra até 05/11/2029.**

As avaliações periódicas internas ocorrerão a cada 30 (trinta) meses. Assim, **a próxima autoavaliação deverá ocorrer até 05/05/2027.**

O Plano de Ação para atingimento do nível 2, bem como as oportunidades de melhoria, podem ser consultadas no Anexo Único do presente relatório. As recomendações

deverão ter suas execuções previstas nos próximos PAINTs, de modo a garantir que até a data da próxima avaliação elas estejam atendidas.

Florianópolis/SC, 5 de novembro de 2024.

GREGORY CASTILHO MANCIN  
Auditor-chefe

Tabela 1 - ANEXO ÚNICO - PLANO DE AÇÃO PARA ATINGIMENTO DO NÍVEL 2 DE MATURIDADE – MODELO IA-CM

KPA	AÇÃO NECESSÁRIA	CONTEXTUALIZAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO	PRAZO
K2.2 – 3	Identificar os conhecimentos, as habilidades (técnicas e comportamentais) e as outras competências requeridas para realizar tarefas de auditoria.	Deliberação CCCI nº 02/2024 trata da gestão de competências na atividade de auditoria interna governamental, mas ainda não foi institucionalizada na Audin.	Realizar, no mínimo anualmente, processo de avaliação das competências técnicas, interpessoais e finalísticas do quadro de profissionais que atuam na atividade de auditoria interna.	Auditor-chefe	31/12/2028
K2.2 – 5	Determinar classificação de remuneração apropriada para as posições.	O cargo de Auditor está previsto na Lei 11.091/05. No entanto, no RIAUDIN não há previsão de que o Auditor-Geral seja integrante dos quadros de auditores internos e seja remunerado com cargo de direção compatível com o nível de responsabilidade do posto (ACÓRDÃO Nº 1093/2018 – TCU – Plenário item 9.3.1), embora atualmente o Auditor-chefe receba uma CD-04.	Alterar o RIAUDIN para que passe a constar expressamente que o Auditor-chefe deve ser integrante dos quadros de Auditores da instituição e que deve ser remunerado com cargo de direção compatível com o nível de responsabilidade do posto (Acórdão nº 1093/2018 – TCU – Plenário item 9.3.1).	Auditor-chefe deve apresentar proposta e o Consup deve apreciar e aprovar.	31/12/2026
K2.3 – 3	Identificar os cursos de formação, fornecedores ou fontes que seriam suficientes para realizar o desenvolvimento profissional válido.	Não há normas, orientações, política ou a prática organizacional de capacitação e treinamento da UAIG que estabeleçam a identificação dos cursos/temas de formação relevantes, os fornecedores ou as fontes que seriam suficientes para realizar o desenvolvimento profissional válido.	Elaborar Programa de Desenvolvimento Individual dos auditores. Prever normativamente obrigatoriedade de documentação, controle e avaliação das capacitações. Mapear as competências dos auditores. Prever normativamente (no RI da Audin)	Auditoria deve elaborar o Programa, mapear as competências e propor alterações no RI. Consup deve apreciar e	31/12/2028

			a necessidade de orçamento destacado para capacitação dos auditores.	aprovar as alterações n RI.	
K2.3 - 4	Incentivar as pessoas a serem membros de associações profissionais.	Não há nada que incentive a participação dos auditores para serem membros de associações profissionais. Ademais, pairam dúvidas sobre a legalidade de tal exigência.	Incluir no RIAUDIN um dispositivo incentivando os auditores a serem membros de associações profissionais e garantindo apoio financeiro do IFSC.	Auditor-chefe deve apresentar proposta de alteração do RI e o Consup deve apreciar e aprovar.	31/12/2026
K2.3 - 5	Controlar e documentar horas/dias de treinamento, tipos de cursos e prestadores para verificar a conformidade com os requisitos de formação pessoal e para apoiar o desenvolvimento profissional contínuo.	Não há norma que trate da documentação e controle dos treinamentos realizados. Não é feita avaliação dos treinamentos realizados em face de suas necessidades.	Elaborar Programa de Desenvolvimento Individual dos auditores. Prever normativamente obrigatoriedade de documentação, controle e avaliação das capacitações. Mapear as competências dos auditores. Prever normativamente (RI) a necessidade de orçamento destacado para capacitação dos auditores.	Auditoria deve elaborar o Programa, mapear as competências e propor alterações no RI. Consup deve apreciar e aprovar as alterações n RI.	31/12/2028
K2.3 - 6	Desenvolver relatórios periódicos para documentar o treinamento cumprido por cada auditor interno.	Não é adotada a prática de criar relatórios periódicos para documentar o treinamento cumprido por cada auditor interno.	Elaborar Programa de Desenvolvimento Individual dos auditores. Prever normativamente obrigatoriedade de documentação, controle e avaliação das capacitações. Mapear as competências dos auditores. Prever	Auditoria deve elaborar o Programa, mapear as competências e propor alterações no RI. Consup	31/12/2028

			normativamente (RI) a necessidade de orçamento destacado para capacitação dos auditores.	deve apreciar e aprovar as alterações n RI.	
K2.4 - 3	Em colaboração com a alta administração e/ou outros interessados (stakeholders), determinar o período a ser coberto pelo plano (seja anual, plurianual ou uma combinação).	O Plano Anual (PAINT) tem sido feito com duração de 1 ano, embora a periodicidade não esteja determinada normativamente. Não há previsão da periodicidade que a seleção dos trabalhos com base na avaliação de riscos será utilizada nos PAINTs.	Incluir no RIAUDIN que o PAINT deve ter duração de 01 ano e que a seleção dos trabalhos com base na avaliação de riscos deve ser utilizada por 05 anos, iniciando no PAINT a ser executado no segundo ano de vigência do PDI.	Auditor-chefe deve apresentar proposta de alteração do RI e o Consup deve apreciar e aprovar.	31/12/2026
K2.4 - 4	Por meio de consultas à alta administração e/ou a outras partes interessadas - stakeholders (por exemplo, altos funcionários do governo ou auditores externos), identificar as áreas/temas considerados prioritários a serem abordados pela atividade de AI.	Na metodologia a ser empregada para seleção dos trabalhos com base na avaliação de riscos, a alta administração é sempre consultada. No entanto, isso não está institucionalizado.	Incluir no RIAUDIN que a metodologia a ser empregada na seleção dos trabalhos com base na avaliação de riscos deve contemplar consultas à alta administração.	Auditor-chefe deve apresentar proposta de alteração do RI e o Consup deve apreciar e aprovar. Elaborar um documento formal que contemple o universo de auditoria do IFSC.	31/12/2026
K2.4 - 6	Determinar os objetivos e o escopo para cada trabalho de auditoria, assim como para quaisquer outros serviços, se for o	Não há previsão normativa para delimitar escopo nos serviços de auditoria listados no PAINT. O MOT manda realizar essa etapa no	Elaborar Manual de elaboração do PAINT esclarecendo que nos trabalhos a serem realizados e previstos no PAINT deve constar	Auditor-chefe deve aprovar o documento formalmente.	31/12/2025

	caso.	planejamento individual dos trabalhos.	o escopo. Pôr em prática essa regra.		
K2.4 -7	Determinar os recursos globais exigidos (humanos, financeiros, materiais) para realizar o plano e incluir o montante de recursos para cada trabalho de auditoria, para outros serviços a serem prestados, e quaisquer recursos adicionais que possam ser exigidos para responder a outras prioridades da gestão e/ou das partes interessadas (stakeholders) que possam surgir durante o período coberto pelo plano.	No PAINT não há informações relativas à estimativa do montante de recursos necessários para a realização de cada trabalho de auditoria/outros serviços.	Elaborar Manual de elaboração do PAINT esclarecendo que no PAINT devem constar informações relativas à estimativa do montante de recursos necessários para a realização de cada trabalho de auditoria/outros serviços.	Auditor-chefe deve aprovar o documento formalmente.	31/12/2025
K2.4 -8	Determinar a combinação de capacidades de recursos humanos exigida para realizar o plano (de dentro da atividade de AI ou por meio de colaboração ou terceirização).	Não é feita análise da capacidade dos recursos humanos exigidos para realizar os trabalhos de auditoria.	Realizar mapeamento das competências dos auditores do IFSC.	Auditor-chefe	31/12/2028
K2.5 -2	Reconhecer o caráter obrigatório da Definição de Auditoria Interna, do Código de Ética e das Normas no Regulamento Interno da auditoria.	O RIAUDIN não reconhece (ou incorpora) a natureza obrigatória da Definição de Auditoria Interna, do Código de Ética, dos Princípios Fundamentais e das Normas Profissionais aplicáveis	Incluir no RIAUDIN reconhecimento da natureza obrigatória da Definição de Auditoria Interna, do Código de Ética, dos Princípios Fundamentais e das Normas Profissionais aplicáveis.	Auditor-chefe deve apresentar proposta de alteração do RIAUDIN e o Consup deve apreciar e aprovar.	31/12/2026
K2.5	Desenvolver políticas relevantes	Não há políticas para recursos	Incluir no RIAUDIN regras que	Auditor-chefe	31/12/2026

- 3	para a atividade de AI (por exemplo, para recursos humanos, para gestão da informação e para finanças).	humanos, gestão da informação e para as finanças da Audin.	tratem de políticas para recursos humanos, gestão da informação e para as finanças da Audin.	deve apresentar proposta de alteração do RIAUDIN e o Consup deve apreciar e aprovar.	
K2.5 - 7	Desenvolver metodologias, procedimentos e ferramentas padronizados a serem utilizados pela atividade de AI para planejar, para executar e para relatar os resultados do trabalho de auditoria, incluindo as diretrizes dos papéis de trabalho.	Não há na Audin diretrizes formais para os dos papéis de trabalho.	Elaborar norma/manual, prevendo, entre outros: i) funções e responsabilidades de revisão e de supervisão dos trabalhos; ii) alocação de pessoal nos trabalhos (proficiência coletiva); iii) checklist de revisão/supervisão dos trabalhos; iv) ações de treinamento e capacitação; v) programa de gestão e melhoria da qualidade; Implementar a Gestão de riscos do processo de auditoria.	Auditor-chefe	31/12/2026
K2.6 - 2	Identificar a visão da auditoria interna e a estratégia geral para alcançá-la.	A Audin não tem planejamento de longo prazo que contemple a visão da auditoria interna e a estratégia necessária para seu alcance.	Elaborar documento formal de planejamento de longo prazo, a exemplo de: Planejamento Estratégico; Plano de Negócios; etc. Ele deve conter, dentre outros, declaração de visão da auditoria interna, Estratégia global da auditoria interna, consistente com a visão etc.	Auditor-chefe deve apresentar proposta de redação do documento e o Consup deve apreciar e aprovar.	31/12/2028
K2.6	De acordo com a estratégia geral,	A Audin não tem planejamento de	Elaborar documento formal de	Auditor-chefe	31/12/2028

- 3	determinar os objetivos e os resultados de negócio a serem alcançados pela atividade de AI, levando em consideração o planejamento anual/periódico de auditoria e de serviços.	longo prazo que contemple a visão da auditoria interna e a estratégia necessária para seu alcance.	planejamento de longo prazo, a exemplo de: Planejamento Estratégico; Plano de Negócios; etc. Ele deve conter, dentre outros, declaração de visão da auditoria interna, Estratégia global da auditoria interna, consistente com a visão etc.	deve apresentar proposta de redação do documento e o Consup deve apreciar e aprovar.	
K2.6 - 4	Determinar os serviços de apoio e administrativos necessários para a entrega eficaz da atividade de AI (por exemplo, recursos humanos, materiais e de informática).	Não há processo formal de planejamento de longo prazo para entregar os serviços da atividade de AI, incluindo serviços de apoio e de administração, e os resultados esperados.	Elaborar documento formal de planejamento de longo prazo, a exemplo de: Planejamento Estratégico; Plano de Negócios; etc Elaborar "Declaração Geral dos Serviços Administrativos e de Suporte da Audin", necessários para apoiar a atividade de auditoria interna (por exemplo, recursos humanos, materiais e de TI)	Auditor-chefe deve apresentar proposta de redação do documento e o Consup deve apreciar e aprovar.	31/12/2028
K2.6 - 5	Preparar cronogramas relevantes e determinar os recursos necessários para alcançar os objetivos estabelecidos.	A Audin não mantém processo formal de planejamento de longo prazo para entregar os serviços da atividade de AI, incluindo cronogramas relevantes para atingimento dos resultados esperados.	Elaborar documento formal de planejamento de longo prazo, a exemplo de: Planejamento Estratégico; Plano de Negócios; etc., que contemple cronogramas relevantes e determinação dos recursos necessários para alcançar os objetivos estabelecidos.	Auditor-chefe deve apresentar proposta de redação do documento e o Consup deve apreciar e aprovar.	31/12/2028
K2.6 - 6	Desenvolver o plano negócio necessário para alcançar os	A Audin não mantém processo formal de planejamento de longo prazo para	Elaborar documento formal de planejamento de longo prazo, a	Auditor-chefe deve	31/12/2028

	objetivos.	entregar os serviços da atividade de AI, incluindo cronogramas relevantes para atingimento dos resultados esperados.	exemplo de: Planejamento Estratégico; Plano de Negócios; etc., que contemple cronogramas relevantes e determinação dos recursos necessários para alcançar os objetivos estabelecidos.	apresentar proposta de redação do documento e o Consup deve apreciar e aprovar.	
K2.6 – 7	Obter aprovação da alta administração ou do Conselho para o Plano de Negócio.	A Audin não tem Plano de Negócios/Planejamento Estratégico aprovado pelo Consup.	Elaborar documento formal de planejamento de longo prazo, a exemplo de: Planejamento Estratégico; Plano de Negócios, e submetê-lo para aprovação no Consup.	Auditor-chefe deve apresentar proposta de redação do documento e o Consup deve apreciar e aprovar.	31/12/2028
K2.7– 2	Estabelecer um orçamento realista para as atividades e para os recursos identificados como necessários no plano de negócio da atividade de AI, considerando os custos fixos e variáveis.	Não há na Audin/IFSC diretrizes para a elaboração do orçamento da atividade de AI que contemplem as responsabilidades estabelecidas para elaboração, para monitoramento e para aprovação do orçamento da UAIG.	Elaborar políticas organizacionais relativas ao processo de elaboração do orçamento da Audin, onde constem as responsabilidades estabelecidas para elaboração, para monitoramento e para aprovação do orçamento da UAIG.	Auditor-chefe deve apresentar proposta de redação do documento e o Consup deve apreciar e aprovar.	31/12/2026
K2.7 – 3	Desenvolver padrões orçamentários alinhados com os da organização.	Não há na Audin/IFSC diretrizes para a elaboração do orçamento da atividade de AI que contemplem a utilização de padrões orçamentários alinhados com os da organização.	Elaborar políticas organizacionais relativas ao processo de elaboração do orçamento da Audin, onde constem padrões orçamentários alinhados com os da instituição.	Auditor-chefe deve apresentar proposta de redação do documento e o	31/12/2026

				Consup deve apreciar e aprovar.	
K2.7 – 5	Revisar continuamente o orçamento para se certificar de que ele permaneça realista e exato, identificando e informando as mudanças.	A cada PAINT é feita uma avaliação das atividades que se pretende realizar no exercício e o orçamento é atualizado, de modo a permanecer realista. No entanto, não é feito um cotejo entre o orçamento previsto e o realizado, na ocasião do RAINT.	Elaborar "Manual de elaboração do RAINT", nele devendo constar a obrigatoriedade de apresentação de relatório do orçamento previsto e realizado.	Auditor-chefe deve aprovar o documento formalmente.	31/12/2026
K2.8 – 4	Apoiar as necessidades organizacionais da atividade de AI e as relações de reporte das pessoas no interior da atividade.	A estrutura da Auditoria Interna está formalmente consolidada e aprovada através das Resoluções do Consup 65/2022 e 66/2022. Há previsão do duplo reporte com o Conselho e com o Reitor, embora, na prática o Auditor-chefe não despache diretamente com o Reitor.	Assegurar que o Auditor-chefe despache diretamente com o Reitor, haja vista a estrutura de duplo reporte necessária à objetividade da Audin.	Mudança de cultura organizacional a ser implementada pelo Reitor.	31/12/2028
K2.8 – 6	Administrar, dirigir e comunicar-se dentro da atividade de AI.	Os auditores se comunicam entre si através de e-mails, chat do Google, reuniões por videoconferência (embora não sejam feitas atas). Também há comunicação informal por meio de aplicativos de mensagens (WhatsApp). Além disso, através do PGD é possível um acompanhamento individualizado mais efetivo das atividades que estão sendo realizadas. No entanto, as reuniões de equipe não estão acontecendo em periodicidade adequada.	Passar a realizar reuniões virtuais pelo menos trimestrais com todos os auditores. Passar a realizar reunião presencial pelo menos 1 (uma) vez ao ano. Confeccionar atas de todas elas.	Auditor-chefe	31/12/2025

K2.8 - 7	Incentivar os relacionamentos e encorajar a comunicação contínua e construtiva dentro da atividade de AI.	As decisões que impactam a todos geralmente são tomadas após consulta de todos os auditores, e não unilateralmente pelo Auditor-chefe. No entanto, essas previsões não estão formalmente estabelecidas.	Estabelecer no RIAUDIN que é atribuição do Auditor-chefe incentivar a comunicação contínua e construtiva entre os membros da equipe, visando o fortalecimento da colaboração e o alinhamento dos objetivos do setor.	Auditor-chefe deve apresentar proposta de redação do documento e o Consup deve apreciar e aprovar.	31/12/2026
K2.9 - 5	Informar o propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de AI para toda a organização.	Embora esses conceitos estejam previstos no RIAUDIN, ele não é de conhecimento de toda a organização. Acredita-se que muitas pessoas ainda não têm noção do papel da Audin.	Realizar anualmente o Seminário Anual de Auditoria Interna, abordando temas atinentes à AI, bem como cumprindo papel educacional sobre as funções e a atuação da AI.	Auditor-chefe em conjunto com o corpo funcional da Audin.	31/12/2025
K2.9 - 6	Certificar-se de que o CAI se reporta administrativa e funcionalmente ao nível da organização, o que permite que as atividades de AI atendam às suas responsabilidades.	Embora a estrutura de duplo reporte esteja prevista no RIAUDIN, o Auditor-chefe não se reporta (despacha) diretamente com o Reitor. Também não tem relacionamento estreito com o Consup. As atuações do Consup têm sido, na prática, discutir o PAINT.	Garantir que o Auditor-chefe de fato despache diretamente com o Reitor, sem intermediários. Garantir que o Consup não possa se imiscuir nas atividades técnicas da Audin, por exemplo, ditando o que deve ou não ser auditado e nem seu escopo.	Mudança de cultura organizacional a ser implementada pelo Reitor; Auditor-chefe deve apresentar proposta de alteração do RIAUDIN e o Consup deve apreciar e aprovar.	31/12/2028
K2.10	Incluir no regimento autoridade	Observando o RIAUDIN, no art. 20,	Acrescentar o RIAUDIN que a	Auditor-chefe	31/12/2026

- 2	para a atividade de AI obter acesso a todas as informações da organização, aos ativos e às pessoas que forem necessárias para executar suas funções.	evidencia-se que não há referência de acesso a pessoas. Isso poderia ser um impeditivo para realização de oitiva ou de entrevista pessoal com algum servidor ou terceiro.	Audin também tem franco acesso às pessoas que forem necessárias para executar suas atividades (para entrevistas, oitiva etc.).	deve apresentar proposta de alteração do RIAUDIN e o Consup deve apreciar e aprovar.	
K2.10 - 5	Estabelecer procedimentos para seguir quando o gestor decide não divulgar documentos necessários aos trabalhos de auditoria interna.	Não há procedimentos para seguir quando o gestor decide não fornecer documentos necessários aos trabalhos de auditoria interna.	Estabelecer no RIAUDIN as ações/attitudes a serem tomadas nos casos em que o acesso aos registros, propriedades físicas e pessoal necessários aos trabalhos de auditoria interna não for fornecido.	Auditor-chefe deve apresentar proposta de alteração do RIAUDIN e o Consup deve apreciar e aprovar.	31/12/2026